



Secretaria Nacional
de Mulheres do PT

13^o ENCONTRO NACIONAL
DE MULHERES DO



26 A 28 NOV
2021

**RECONSTRUIR O PAÍS
PELAS MÃOS DAS MULHERES**

EXPEDIENTE

ANNE MOURA

Secretária Nacional de Mulheres do PT

COLETIVO NACIONAL

Ana Rita Castro

Cleia Borges

Eliana Cacique

Gleide Brito

Laura Sito

Lili Oliveira

Silvinha Barbosa

Socorro Lago

Thati Nicacio

Wilma dos Reis

MAIA AGUILERA

Coordenação Editorial

TEXTO

Ana Clara Ferrari

Dandara Maria Barbosa

Maia Aguilera

Thati Nicácio

Wilma dos Reis

ASSESSORIA POLÍTICA

Ludmila Lima Barreto

Giovanna Pinto Lemos

COMUNICAÇÃO

Laryssa Sampaio Praciano

Priscila Freire

Lueine Tuany

Ana Clara Ferrari



ÍNDICE

1. Conjuntura Nacional
2. Relação com os Movimentos Sociais, mobilização do PT e inovação da ação partidária
3. Mulheres e Democracia: Paridade e a Participação Efetiva das Mulheres na Política
4. Feminismo e Mulheres Petistas
5. Formação Política: Nova Primavera das Mulheres do PT
6. Eleições 2022 e Elas Por Elas: Diagnósticos e desafios
7. Bibliografia

ANÁLISE DE CONJUNTURA

**“BASTA UMA CRISE POLÍTICA, ECONÔMICA OU RELIGIOSA
PARA QUE NOSSOS DIREITOS SEJAM QUESTIONADOS.”**

SIMONE BEAUVOIR

A atual realidade da classe trabalhadora, em especial às mulheres, é uma das piores da história, desde o golpe parlamentar, machista e midiático que corroeu a democracia, tirando do poder a primeira mulher eleita e reeleita presidente do país.

Na política de hoje, atrelada a um governo neofacista e ultraconservador, as mulheres vivem as consequências de retrocessos dos direitos sociais que havíamos conquistado nos governos populares e democráticos. A situação fica ainda mais grave para as mulheres indígenas, camponesas, periféricas, LBTQIA+ e mulheres negras. Elas estão em meio a um projeto político de precarização, desemprego, insegurança alimentar e fome. Resultando em um aumento avassalador da feminização da pobreza.

De acordo com um levantamento do jornal O Globo, via Lei de Acesso à Informação, atualmente a pobreza já atinge 27,7 milhões de brasileiros, o equivalente a 13% da população, segundo o pesquisador Marcelo Neri, da FGV. Nesse contexto, milhares de brasileiras que usufruíram de políticas sociais como Bolsa Família, estão à espera de benefícios sociais, uma vez que mais de 40% dos beneficiários do programa Bolsa-Família são arranjos familiares monoparentais femininos.

Há também o desmonte das políticas básicas do Estado, nas áreas da saúde, educação, assistência social, inclusive no combate à violência de gênero. Tudo isso somado ao aumento acelerado do desemprego aliado à desvalorização do salário mínimo e ao encarecimento astronômico da cesta básica e dos itens básicos de consumo (gás, água e energia elétrica).

Cenário agravado pelas reformas trabalhista e previdenciária, que retiraram direitos históricos da classe trabalhadora, colocando-a em maior vulnerabilidade, aumentando a informalidade e a exploração de mão de obra em troca de baixos salários.

A chegada da pandemia da Covid-19 ainda acentuou essas desigualdades. Trazendo recorte racial, o desemprego causado pela pandemia trouxe marcas mais profundas para a população negra e periférica, em especial as mulheres, que historicamente sempre tiveram menos acesso aos postos de saúde, ao saneamento, às moradias dignas e às oportunidades de emprego.

Além dos retrocessos, a população tem que enfrentar a necropolítica de Jair Bolsonaro, que permitiu que a pandemia ceifasse mais de 580 mil vidas de brasileiras. Ressaltando que a primeira vítima no Brasil foi uma mulher negra, trabalhadora doméstica de meia idade.

Diante do caos, da ausência de políticas e protocolos eficazes para o enfrentamento à pandemia da Covid-19, bem como, a decadência e atraso da vacinação, em razão da resistência do governo para liberar vacinas desenvolvidas pela ciência brasileira, toda população sofreu com falta de vacina.

Ao invés de garantir segurança alimentar e nutricional com políticas sociais, o governo reduziu o auxílio emergencial, cortou a renda de 68 milhões de pessoas que chegaram a receber o benefício, 11 milhões foram mulheres chefes de família. Desta forma, mais de 19 milhões de brasileiras e brasileiros passam fome e mais de 15 milhões em situação de desemprego. Condição que tem empurrado parte da população para informalidade ou para as ruas.

Outro agravante é o aumento das atrocidades contra as mulheres durante a pandemia. Sozinhas em casa com seus agressores, elas ficam suscetíveis a diversas formas de violências. Segundo a pesquisa do Datafolha, realizada no primeiro semestre de 2021, uma em cada quatro mulheres sofre algum tipo de violência dentro das suas casas. Isso significa que cerca de 17 milhões de mulheres (24,4%) sofreram e estão sofrendo violência física, psicológica ou sexual em 2021.

Não diferente, o número de feminicídios aumentou assustadoramente. Segundo os dados fornecidos pelas Secretarias de Segurança dos estados e Distrito Federal, no ano de 2020, 1.350 mulheres foram assassinadas, o que representa um feminicídio a cada sete horas. A maioria dos crimes foram cometidos por companheiros, ex-companheiros ou por pretensos companheiros, gerando um aumento de 2% em relação ao ano de 2019. Vale lembrar que esses números de feminicídios podem ser ainda maiores, em razão da subnotificação.

O projeto político facista, racista e genocida do Governo de Bolsonaro também

é racista! Atrelado ao machismo e a desigualdade social atingem mulheres negras das periferias que se sentem impotentes diante dos assassinatos de seus filhos, companheiros, irmãos, primos, amigos, no qual o Estado garante a impunidade dos seus agentes que os matam.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2020, aponta que o país atingiu o maior número de mortes em decorrência de intervenções policiais. Foram um total de 6.416 mortes resultantes de intervenções de policiais civis e militares da ativa, em serviço ou fora, as polícias estaduais e distrital produziram, em média, 17,6 mortes por dia, o que representa um aumento de 190% desde 2013, quando foi publicada a primeira edição do Anuário.

A população LGBTQIA+ é outro alvo dessa política fundamentalista e de morte, principalmente, às mulheres transexuais e travestis. Traduzindo em dados, o Brasil é o país que mais mata, sendo que no primeiro semestre de 2021 houve mais de 80 assassinatos no Brasil, mais que a metade do total de 2020, 175 seres humanos foram assassinados por sua identidade de gênero. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), que desde 2008, realiza o monitoramento dos casos, o crescimento do número de crimes nesses 12 anos de acompanhamento é de 201%. Mais alarmante ainda é que os crimes cresceram mesmo durante a pandemia da Covid-19.

Esse cenário desolador, atinge também as mulheres que estão no campo, nas florestas e nas águas: rurais, indígenas e quilombolas, atrelada às diferentes vivências enfrentam o avanço do agronegócio, mineradoras e madeireiras e as políticas de devastação da fauna e flora brasileira em benefício daqueles, principalmente na região amazônica, pantaneira e do cerrado.

O avanço do facismo, que ameaça as liberdades democráticas, principalmente, com a criminalização das organizações sociais, a perseguição e assassinato de suas lideranças, em especial, nas áreas rurais e de floresta. Assim como Margarida Alves, tantas outras lideranças, continuam sendo assassinadas em territórios marcados por conflitos fundiários e ambientais, levando também à destruição dos nossos biomas.

Segundo o relatório Violência no Campo 2020, divulgado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), o número de conflitos registrados durante o ano é o maior dos últimos 35 anos. Os números são assustadores. Foram registradas 2.054 ocorrências em 2020, um aumento de 8% em relação a 2019, envolvendo 914.144 pessoas, 2% a mais que em 2019.

Diante dessa crise política, institucional, econômica e sanitária que vem impactando e matando as mulheres trabalhadoras, não diferente de outros momentos históricos, as mulheres com sua potencialidade de mobilização e organização, fomentadas pelo feminismo, vêm se articulando e posicionando à linha de frente das lutas. Nós mulheres petistas temos diversos desafios e tarefas, sendo a principal, a derrota deste governo fascista e genocida.

Outros desafios:

- a) Organizar e mobilizar as mulheres trabalhadoras para o enfrentamento aos retrocessos e na derrota deste governo; Fora Bolsonaro;
- b) Aprofundar o debate e traçar estratégias frente aos impactos das crises nas vidas das mulheres para que possamos contribuir na construção dos programas de governos e de proporcionais petistas nas eleições de 2022 dialogando com a realidade das mulheres;
- c) Aprofundar o diálogo com os movimentos sociais, feministas e de mulheres nos diversos espaços de resistências, compreendendo e respeitando a autonomia desses;
- d) Continuar nas ruas, na medida possível, e respeitando os protocolos de segurança, fortalecendo os atos e em defesa das nossas pautas;

Por óbvio, apontamos acima alguns de muitos desafios que temos no próximo período, e os Encontros Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional é uma oportunidade de aprofundarmos a nossa análise e de traçar as nossas estratégias para dentro e fora do PT, para que possamos avançar e eleger Lula em 2022.

Para assim, retornamos aos direitos políticos e civis, pela sustentabilidade da vida, por vacina para todas, por comida saudável no prato, pelo SUS, pela ciência, pela educação pública, pelo emprego digno, pela terra, pela erradicação de todos os tipos de violência contra a mulher e suas especificidades. Como diz Audre Lorde, "Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas".

RELAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS, MOBILIZAÇÃO DO PT E INOVAÇÃO DA AÇÃO PARTIDÁRIA

O Partido das Trabalhadoras foi forjado pela luta popular e construído por movimentos sociais de diversos setores da sociedade. O movimento inverso ocorreu, também, vários movimentos sociais nasceram a partir da militância organizada em pautas específicas dentro do PT. A organização das mulheres, tanto para dentro quanto para fora do PT, é construída desde a fundação do partido em consonância com a luta das mulheres e pautada a partir da conjuntura nacional e internacional. As pautas levantadas são variadas e debatidas com o conjunto da militância.

No último período, as e os petistas, junto aos demais partidos e movimentos da esquerda, organizam e estão nas ruas resistindo contra os retrocessos impostos pela elite e seus representantes contra a classe trabalhadora. As mulheres petistas em conjunto com as mulheres de outros partidos, movimentos feministas, sindicais, sociais e outro, em paralelo, constroem nos estados e DF o 08 de março e outros atos e atividades, pautando a realidade das mulheres brasileiras, principalmente, o aumento das diversas formas de violências que atingem diretamente as mulheres trabalhadoras, sejam elas no contexto da Lei Maria da Penha ou do espaço público, sejam racistas e LBTQIA+fóbicas ou as sociais.

A construção da Marcha das Margaridas demonstra a nossa grandeza e a capacidade de organização das mulheres dos diversos territórios, que se unem em torno de pautas contra retiradas dos direitos, contra o avanço do conservadorismo e na sua última edição contra o facismo e por Fora Bolsonaro!. Além de apontar os avanços que queremos.

No dia 10 de setembro, tivemos a Marcha das Mulheres Indígenas que além de estarem nas ruas contra a imposição do marco temporal, lutam também, pela dignidade de seus povos, direitos, pelo fim do desmatamento que está devastando nossa fauna e flora e pelo fim do genocídio das populações originárias. e lá estávamos nós, mulheres petistas, assim como, outras mulheres organizadas, apoiando e lutando com elas, demonstrando também, que a nossa luta é muita maior e que não cessaremos até

que todas sejamos livres desse sistema econômico e seus pilares.

Em tempos de muitos retrocessos, de avanço do facismo e do conservadorismo na sociedade brasileira, resistir é a única saída, pois diariamente, o controle sobre nossas vidas e nossos corpos estão sendo pautados por esse governo e, também, nos legislativos estaduais, distrital e nacional, assim como, no judiciário.

Por isso e por todo cenário que estamos vivendo, a construção do diálogo permanente, o respeito à autonomia de auto-organização dos movimentos, a construção coletiva se faz necessária. Temos muito o que recuperar e avançar, e por isso, é primordial continuarmos resistindo aos ataques contra as mulheres trabalhadoras, a criminalização das populações indígenas, negra, quilombolas, rurais, LGBTQIA+ e tantas outras da imensidão de territórios existentes no Brasil. Por isso, a Secretaria Nacional de Mulheres instituiu o Conselho Político das Mulheres do PT, que envolve as Secretárias Estaduais de Mulheres do PT e movimentos sociais.

Outros desafios são a derrubada, nas eleições de 2022, dos governos fascistas e conservadores que se instalaram nos estados, DF e, principalmente, no Brasil representado por Jair Bolsonaro (o que não significa que não devemos na luta pelo impeachment).

Para derrotar o projeto de morte da classe trabalhadora e mudar a vida das trabalhadoras, as petistas devem, além de estabelecer um diálogo permanente com os movimentos sociais, principalmente, com os movimentos feministas, devem inovar na construção do trabalho de base, dialogando com a realidade dos territórios, construindo as pautas a partir desse diálogo e incidir no conjunto do partido, levando as pautas para o centro do debate geral.

Assim como, devemos retomar aos espaços de organização das mulheres na América Latina e traçarmos de forma coletiva as estratégias e as táticas contra os ataques imperialistas e conservadores que afetam diretamente as vidas e corpos das mulheres trabalhadoras latinas e caribenhas.

MULHERES E DEMOCRACIA: PARIDADE E A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DAS MULHERES NA POLÍTICA

O Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras surge da necessidade de auto organização da classe trabalhadora urbana e rural em meio a transição do regime militar para a democracia, com a finalidade de disputar o projeto político e social que o segmento acreditava ser o melhor para o Brasil. Movimentos pastorais, camponeses, organizações sindicais, estudantis e civis que lutavam por liberdade de ideias e igualdade de direitos, se organizaram no início dos anos 80 para fundar a maior experiência de organização dos trabalhadores e trabalhadoras da América Latina.

As mulheres, os movimentos feministas e de mulheres foram protagonistas na luta pela democracia no país e constroem o PT desde sua fundação. Entretanto, como partido de massas, o PT não está imune às estruturas do sistema que atravessam a sociedade colonizada, como é o patriarcado. Desta forma, o trabalho diário militante das mulheres não significa que elas acessem os espaços de representação e de decisão, pois o poder e seu exercício é uma dimensão da sociedade colonial, capitalista, patriarcal, racista e é exercido pelos homens brancos cisheterossexuais ricos.

Para romper com esse ciclo, em seu IV Congresso Nacional, em 2011, o PT deliberou por uma política afirmativa de participação de mulheres, jovens e pessoas negras e indígenas: a paridade e as cotas geracionais e étnico-raciais em todas as instâncias de direções partidárias. Isso significa que as mulheres devem ser 50% na composição das direções, delegações, comissões e cargos com funções específicas de secretarias dando um importante passo rumo a discussão da participação efetiva das mulheres na política.

Isso só aconteceu 20 anos depois do PT ter aprovado a cota de 30% para as mulheres em suas direções, no I Congresso, 1991. Depois de ter sido eleita a primeira mulher Presidenta do País, era necessário dar um passo real rumo à igualdade entre mulheres e homens. Foi uma tarefa complexa, que exigiu muita articulação e negociação, e que foi aprovada por unanimidade, o que só foi possível porque todas as mulheres, de todas as tendências, estavam unidas. A proposta de mediação de cota de 40% no próximo PED e assegurando

essa representatividade nos cargos e comissões que compõem a Executiva do partido, e paridade no PED seguinte. Além disso, o PT é o único que tem no seu estatuto a regulamentação da Lei do Fundo Partidário, visando incentivar a participação das mulheres, também um legado do IV Congresso. (MORIERE, 2021).

A conquista é da luta coletiva das mulheres, da juventude, do movimento e foi todos aqueles que compreendiam a importância das cotas como políticas afirmativas, tais como os governos do PT implementaram a nível de política pública para milhões de pessoas. A paridade deve ser seguida, sob pena de invalidar a chapa ou mesmo a instância de direção em questão. Há Diretórios Municipais que passaram a Comissões Provisórias por não preencherem as cotas étnico-raciais ou a paridade.

Levantamento de 2020 feito pela ONU Mulheres revela que apenas quatro países no mundo têm maioria de mulheres em seus legislativos: Rwanda, com 61%; Bolívia, com 53%; Cuba, com 53%; e Emiratos Árabes Unidos, com 50%. Na América Latina, a paridade é lei, além da Bolívia, no Equador, na Costa Rica, na Nicarágua e no México.

A paridade é um dos instrumentos de combate à violência política indicados pela CEDAW, tanto a nível de partidos e organizações sociais quanto à nível de estado e poderes institucionais - Executivo, Legislativo, Judiciário e Administrativo. A violência política de gênero é uma grave violação dos direitos humanos das mulheres e é uma ameaça à democracia como um todo. Impede que as mulheres contribuam na tomada de decisões que afetam suas vidas e que se beneficiem desse processo, ao restringir suas opções e limitar suas capacidades de influir nos espaços de tomada de decisão. Além da própria mulher que é atingida pela violência, ela serve para coibir a participação das mulheres como um todo na política, coagindo-as, "colocando-as em seu devido lugar", que não seriam esses espaços de participação e decisão.

Lugar de mulher é onde ela quiser! Nos queremos vivas, e temos direito a sermos representantes e representadas nos espaços de decisão e participação, para que, com essa ocupação coletiva, possamos construir uma sociedade que inverta as prioridades e coloque a sustentabilidade da vida e o Bem Viver em primeiro lugar, ao invés da lógica do capital do lucro de alguns por cima de todos, todas e tudo. Somente com nossa participação o socialismo petista é consequente, pois ele é socialismo democrático. Não é possível pensar em democracia plena se ela não é acessível a todas, principalmente as mulheres, que são metade da população mundial e têm o direito à participação política

e a viver sem violência. Ao mesmo tempo que essa participação é estratégica para o florescimento desse projeto. Não há socialismo sem feminismo!

Por isso, a paridade é instrumento para a consolidação da democracia e o Partido dos Trabalhadores deve defendê-la a nível estatal, e a aprovou em suas instâncias e direções. Agora, o próximo passo, internamente, é que a paridade seja efetiva e ampliada. Ela deve ser reafirmada

As companheiras atravessaram muitas discussões sobre a participação das mulheres apenas como vogais, cargos que não têm uma tarefa específica dentro das instâncias Executivas das direções do PT, o que esvaziaria seu poder de atuação e de decisão. Em 2013, conforme texto publicado pela companheira Gleidy Braga, de Tocantins, no site da Fundação Perseu Abramo (FPA), o partido precisava avançar na alocação dessas mulheres dentro da direção partidária, pois as 6 vagas de vogais na executiva, à época, eram ocupadas por mulheres.

Demos passos fundamentais desde 2013. Hoje, reelegemos a primeira mulher na presidência do Partido dos Trabalhadores, assim como à frente da tesouraria, da secretaria de organização e da secretaria de formação política, espaços fundamentais para a vida orgânica do partido. Elegemos presidentas estaduais e municipais do Partido. Ampliamos nossas bancadas de deputadas e vereadoras, prefeitas e governadora por todo o país, e fomos, em 2020, o partido do campo da esquerda e progressista que mais elegeu mulheres, mulheres negras, jovens e LBT+.

Quanto mais experiências trocarmos, avaliações, opiniões, ideias, projetos, mais vamos nos apropriar coletivamente e elaborar o que é a paridade, que é conquista das Mulheres do PT, e como fortalecê-la. Mulheres são como águas, crescem quando se juntam.

Nosso desafio é ocupar esses espaços coletivamente, para combater as violências, mas principalmente para garantir que nosso projeto de feminismo, socialista, antirracista, LBT+, seja construído nesses espaços, que seja ele que estejamos construindo coletivamente lá. Mas não apenas lá. Nossa discussão vai além da ocupação de espaços de poder pelo poder, essa já é a versão neoliberal do feminismo. A discussão é também sobre aqui, a terra onde vivemos. A construção do feminismo petista é, há décadas e até hoje, tecida pelos movimentos feministas, sociais e populares. Pelas mulheres que lutam pela vida das outras mulheres, de seus filhos e filhas, de seus parentes, de sua comunidade, e por suas próprias vidas.

FEMINISMO E MULHERES PETISTAS

O conceito de feminismo aqui utilizado parte do princípio de que o feminismo é a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo (SOARES, 1998)

No PT, a organização feminista existe desde sua fundação, em 1980. Na verdade, a organização da esquerda brasileira, a luta pela redemocratização durante a Ditadura Civil-Militar e a construção do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras são indissociáveis da organização dos movimentos feministas e de mulheres nas décadas de 60, 70 e 80 (BORBA et al, 1998). Durante os 21 anos em que o Brasil esteve sob o regime militar, as mulheres organizaram e lideraram mobilizações populares de oposição, e os movimentos feministas foram capazes de produzir uma série de argumentos para evidenciar a relação da violência contra a pessoa e contra as mulheres na esfera doméstica, e estas militantes estavam, em sua maioria, também engajadas nos grupos de esquerda ou nas lutas democráticas (SOARES, 1998).

Uma concepção de organização partidária que respeitasse a autonomia dos movimentos sociais foi um elemento importante no processo de constituição do PT. Talvez por isso, a compreensão da autonomia do movimento de mulheres, no sentido de não perceber o movimento como extensão do partido, não tenha enfrentado grande dificuldade. Os feminismos que fundaram o PT são colados aos movimentos populares. Para parte significativa das ativistas que se dedicaram à construção do movimento, a luta pela libertação das mulheres não poderia deixar de ser parte integrante de um projeto socialista, nas múltiplas visões existentes desse projeto. Não por acaso uma das primeiras palavras de ordem destacadas pelas mulheres organizadas dentro do PT foi “Não há socialismo sem feminismo” (GODINHO, 1998).

Desta forma, a formulação do PT sempre abarcou a luta do movimento feminista, a luta dos movimentos de mulheres e a luta das mulheres nos movimentos sociais e organizações mistas. O PT insistia no reconhecimento das diferentes iniciativas das mulheres para enfrentar em seus próprios âmbitos as artimanhas do poder patriarcal (GODINHO, 1998); reconhece uma multiplicidade de sujeitos que, desde sua opressão específica, questionam e atuam para transformar esta situação (SOARES, 1998).

No momento de sua reorganização, o feminismo dos anos 70 e 80 consolidou debates fundamentais, como o de saúde integral da mulher; a percepção de que a violência contra a mulher é parte do patriarcado e a importância de seu combate. Questionou a incongruência entre o público e o privado, a defesa da privacidade e ao mesmo tempo a reivindicação do estatuto político das questões consideradas privadas e a ideia de construção da igualdade entre homens e mulheres, na concretude de suas necessidades materiais e também na profundidade das relações privadas e coletivas, a defesa do feminismo trazia para dentro do partido, como temas políticos, uma nova visão de projeto de futuro (GODINHO, 1998).

O feminismo petista é socialista, anticapitalista e profundamente comprometido com a democracia, inclusive porque foi fundamental para a formulação do socialismo democrático e do próprio partido e para a redemocratização do próprio país. Nosso feminismo, ainda, se aprofundou nessa formulação da exploração do trabalho das mulheres e da priorização da lógica do capital e do lucro acima da vida. Aprofundou-se reflexão sobre a centralidade da sustentabilidade da vida para a sobrevivência e o papel que as mulheres cumprem nesse contexto, e, dentre outras, foram construídas inúmeras experiências de economia solidária e feminista pelo país.

O feminismo petista compreende que o colonialismo e o racismo estão imbricados com o capitalismo e o patriarcado, e por isso, é antirracista. As lutas e as formulações das mulheres indígenas e negras fazem parte do feminismo do PT. Além de visibilizar relações de poder e opressão entre as mulheres, só é possível derrubar o patriarcado e o capitalismo lutando também contra o colonialismo e o racismo. O Bem Viver, formulação dos povos indígenas, também adotado pela Marcha das Mulheres Negras em 2015, amplia a compreensão da sustentabilidade da vida para além dos humanos, incluindo a natureza, da qual somos parte. O direito ao corpo das mulheres indígenas abarca também seu direito ao território original.

O feminismo petista sempre pautou o direito ao próprio corpo e à livre sexualidade das mulheres. Combatemos a dupla moral sexual, não seremos enquadradas nem como putas, nem como santas, somos mulheres livres. Nosso direito à saúde é integral, não apenas nos momentos de reprodução (que, diga-se de passagem, também sofremos violência). Combate a LGBTfobia, acolhendo e visibilizando as pautas das mulheres trans, lésbicas e bissexuais. Assim, o feminismo petista é uma construção coletiva das mulheres, inseparável dos movimentos sociais, de mulheres e feministas. A diversidade das atrizes traz sínteses coletivas de transformação da vida das mulheres e da sociedade.

FORMAÇÃO POLÍTICA: A NOVA PRIMAVERA DAS MULHERES DO PT

No ano de 2021, em comemoração aos 100 anos do nascimento de Paulo Freire. A Escola Nacional de Formação (ENF), a Fundação Perseu Abramo (FPA) e a Secretaria Nacional de Formação do PT resolveram organizar a Jornada Nacional de Educadoras e Educadores Paulo Freire. O objetivo geral foi consolidar as experiências e reflexões do PT enquanto partido educador, nos moldes propostos por Paulo Freire - em que há uma prática da teoria e uma reflexão sobre a prática.

De maneira imediata, a Jornada propõe que cada militante organize um Núcleo de Vivências, Estudos e Lutas em um território em que tenha inserção. Existe a compreensão de que é importante cultivar espaços de troca, atuação e reflexão da militância do PT - para além das direções e tendências. Observa-se que os territórios podem ser tanto ligados a uma localidade como também a uma pauta que mobilize e organize a militância.

Uma vez montados, a primeira tarefa dos Núcleos será a organização e participação na Conferência Nacional de Formação Paulo Freire, que ocorrerá em novembro, e cujo objetivo é debater o modelo de formação do PT. Ela será precedida pelas Conferências Zonais, Municipais e Estaduais/Distrital de Formação, nas quais é esperado que as/os Educadoras e Educadores também participem.

Com o objetivo de integrar as formações e contribuir com um processo potencialmente tão rico como a Jornada das/os Educadoras e Educadores, em diálogo com a Secretaria Nacional de Formação - conduzida pela Deputada Maria do Rosário, cuja parceria com a SNMPT data de muito tempo - a Secretaria Nacional de Mulheres do PT convocou nosso Coletivo de Formadoras para contribuírem como Facilitadoras.

O método de educação popular de Paulo Freire, que parte do diálogo e da construção coletiva, em que todas as envolvidas são sujeitos participantes, traz um acúmulo histórico da esquerda de como organizar o trabalho de base e a luta cotidiana para além dos muros do partido. Os círculos de cultura, a importância da escuta e das sínteses coletivas, foram debatidas e em parte vivenciadas pela militância que construiu a Jornada de Educadoras e Educadores Paulo Freire.

A percepção da importância de interseccionar toda formação do PT com as questões de gênero, raça e sexualidade é compartilhada por diversas educadoras, educadores, facilitadoras e facilitadores ao longo de toda a Jornada. Essa questão está diretamente ligada à construção dos espaços do PT, tais como são os Núcleos de Vivências e Lutas: é fundamental que nossos espaços estejam livres de machismo, misoginia, racismo e LGBTfobia. Tendo em vista que essas violências são estruturais no sistema capitalista, o fato de ser um espaço de esquerda nem de longe garante que elas não sejam reproduzidas. Então, mesmo para a criação desses Núcleos, bem como de qualquer espaço petista, a formação em feminismo, em combate ao racismo contra os povos indígenas e o povo negro, nas pautas LGBTQ+, é imprescindível para que esses espaços sejam acolhedores para todas, todos e todes.

A necessidade de organização principalmente das Mulheres, da Juventude e da comunidade LGBTQ+ também esteve presente durante toda a Jornada, inclusive na criação de Núcleos que auto organizem esses setores.

Os feminismos, como as outras pautas, reverberam no projeto político de transformação da sociedade brasileira, e não é de hoje que as mulheres petistas dizem que “Não há socialismo sem feminismo”. As mulheres, organizadas coletivamente em luta, contribuíram e contribuem para tecermos esse projeto de outra sociedade. O Bem Viver é formulação das mulheres indígenas, incorporada pela Marcha de Mulheres Negras; a Economia Feminista e Solidária é acúmulo dos movimentos de mulheres; a Sustentabilidade da Vida e os trabalhos de cuidados são feitos, na prática por mulheres.

Dessa forma, a experiência e formulação das mulheres devem estar presentes em toda e qualquer pauta trazida pelo Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras. Para além do protagonismo das mulheres, é fundamental que as sínteses coletivas das mulheres estejam presentes nas formulações sobre Economia, Educação, Saúde, Segurança Cidadã, Assistência Social, Moradia, Direito à Cidade e na reflexão de Reconstrução do País.

As sínteses coletivas elaboradas pelas mulheres petistas, presentes nos movimentos feministas, nos movimentos de mulheres e nos movimentos sociais de maneira geral, estão abarcadas na Jornada Nacional de Formação das Mulheres, prevista para ocorrer em 2022. Os Cadernos de Formação, entretanto, já estarão disponíveis para as militantes do PT no Encontro Nacional de Mulheres.

ELEIÇÕES 2022 E ELAS POR ELAS: DIAGNÓSTICOS E DESAFIOS

Contrariando todos os prognósticos, as mulheres do PT não se recolheram após o golpe misógino e machista contra a presidenta Dilma, primeira mulher eleita para o cargo mais alto do país. Pelo contrário. Com o projeto Elas Por Elas, elegemos, em 2018, a maior bancada de mulheres da Câmara Federal. Foram 34 eleitas pelo PT, sendo 10 deputadas federais, 21 estaduais, duas vice-governadoras e a única governadora do país, no RN.

E não paramos por aí. Nas eleições seguintes, em 2020, o PT foi o partido do campo progressista que mais elegeu mulheres, mulheres negras, jovens e LBT+. Elegemos 561 mulheres para o legislativo municipal e 27 prefeitas. Lideramos o ranking de vereadoras eleitas que é seguido pelo PDT (507), PSB (411), PC do B com 122 vereadoras e PSOL com 31 eleitas em todo país. Com mais de dez mil candidatas, o PT ampliou o número de eleitas em mais de 20%, saindo de 519 eleitas (entre vereadoras, prefeitas e vices) em 2016 para 639 eleitas em 2020.

Foram 267 vereadoras negras eleitas em todo país, um avanço para a construção e a consolidação do combate ao racismo e o fortalecimento da pauta antirracista. Além de 53 jovens, 158 mulheres entre 30 e 39 anos, e 21 LBTQIA+. São ares de reconstrução.

Não se trata apenas de números e de estatísticas eleitorais. O projeto Elas Por Elas vai muito além disso. Para nós, do PT, ter mulheres em espaços de decisão, ainda mais em período de crise sanitária, social, econômica e política, é uma questão de sobrevivência das trabalhadoras e suas famílias em todo país.

A comprovação dessa necessidade se expressou na atuação das parlamentares do PT em todos os âmbitos nacional, estadual e municipal, no que diz respeito à proteção das mulheres no combate à Covid-19. Foram mais de 100 projetos de lei apresentados para garantir proteção social, combate à violência, segurança alimentar, dentre outras demandas. No segundo semestre de 2021, as mulheres do PT também saíram em defesa de “dignidade menstrual para todes”.

A deputada federal Marília Arraes aprovou uma legislação inédita no combate à pobreza menstrual, enquanto deputadas estaduais e vereadoras petistas

também aprovaram legislações semelhantes em suas respectivas casas. No Congresso, a Secretaria Nacional de Mulheres do PT também tem acompanhado de perto a tramitação da reforma eleitoral e participou da Campanha “Nada Menos que 30”, para impedir a exclusão da obrigatoriedade de 30% de mulheres nas chapas eleitorais.

MULHERES ELEITAS

O projeto Elas Por Elas sabe que não basta apenas eleger mulheres. O machismo estrutural e institucional pesa sobre as rotinas dos mandatos, esgota as figuras públicas e pode prejudicar todas as mulheres envolvidas no processo, não apenas as eleitas, mas toda sua equipe e os setores sociais envolvidos. Sem falar na burocracia legislativa, nos trâmites das Casas, que são tortuosos dificultando a tradução das demandas populares e feministas em respostas efetivas dos mandatos pelas vias institucionais.

O projeto Elas Por Elas oferece suporte no combate à violência política de gênero nos espaços políticos, e assistência para as mulheres eleitas atuarem em defesa das trabalhadoras e exercerem um mandato de sucesso.

Garantir exercício pleno do mandato em prol das mulheres do Brasil

Dar suporte para enfrentar o desafio da função da parlamentar de legislar, fiscalizar, representar, promover a participação popular (Caderno Modo Petista de Governar 2020) - cumprir a função de parlamentar pela defesa da vida das mulheres, da sustentabilidade da vida e do projeto petista e feminista. Elaborar legislações e políticas públicas em defesa da vida das mulheres e combater a violência política de gênero.

Para além das estatísticas - Elas por Elas

Realizamos atividades de formação política, de comunicação, de preparação e incentivo de mulheres dirigentes para ocupar espaços de poder dentro e fora do partido. Investimos na criação de uma TV totalmente voltada para a pauta feminista, temos uma rede social dinâmica e produção de conteúdo multiplataforma de qualidade -- desde site, instagram, facebook, até whatsapp, telegram -- para conseguir atingir o maior número de mulheres, em suas diversidades e possibilidades de acesso à internet. ivemos a auto organização da pluralidade das mulheres, com o Elas por Elas Mulheres Negras, Elas por Elas LBT e Elas por Elas Jovens.

A Secretaria Nacional de Mulheres do PT fez essa construção em conjunto com as outras Secretarias do PT, como LGBT, Combate ao Racismo e de Juventude, desafio colocado desde 2017.

MULHERES NA LINHA DE FRENTE CONTRA BOLSONARO

O grito dos privilegiados

O fortalecimento da participação das mulheres na política não acontece em silêncio. A violência política de gênero tem sido a reação do patriarcado à ousadia das mulheres em conquistar espaços de poder. As últimas eleições foram marcadas pelo acirramento da violência contra as mulheres, principalmente as mulheres negras.

RECONSTRUIR O BRASIL ESTÁ NAS MÃOS DAS MULHERES

Nosso desafio é eleger Lula presidente, eleger e reeleger mulheres petistas, construir programas de governo e propostas parlamentares feministas, que priorizem a vida das mulheres. No PT, somos muitas e diversas e aí reside a nossa potência. Não há feminismo possível para o país que não passe pelo combate ao racismo, lgbtobia, xenofobia e o fim do patriarcado e do capitalismo. Para a construção de um novo país, com a centralidade das mulheres, trabalhamos com as perspectivas de realidades sustentáveis a partir das diversidades das mulheres: negras, indígenas, ribeirinhas, quilombolas, mulheres do campo, das águas, da floresta, mulheres trans, lésbicas, jovens, 60+, mães, trabalhadoras de todo país na certeza de fazer o Brasil feliz de novo.

Apontamentos Para Debate

- Como combater a violência política de gênero dentro e fora do partido? E de que maneira ela impede o avanço das mulheres?
- Quais os desafios colocados para ampliarmos a participação política das mulheres dentro do PT?
- Para as mães, que medidas podem ser pensadas para incentivar e garantir a participação política dessas mulheres?
- Que medidas são importantes para fortalecer a candidatura de mulheres em suas diversidades? Ribeirinhas, quilombolas, LBT, indígenas, negras e jovens.

Violência Política de Gênero. Conhecer para combater

A violência pode ocorrer por meio virtual (com ataques em páginas, perfis, fake news e deepfakes) e também nas ruas, quando as mulheres que atuam na política são atacadas por eleitores. Elas podem ser vítimas tanto em seus partidos, nas tribunas, nas ruas e até mesmo dentro de casa. As ações se dão de forma gradativa e podem chegar até ao assassinato.

Relacionamos algumas práticas violentas que podem estar presentes em cada etapa da trajetória política de uma mulher.

Candidatas, as mulheres sofrem violência política de gênero, principalmente, por:

- Ameaças à candidata, por palavras, gestos ou outros meios, de lhe causar mal injusto e grave;
- Interrupções frequentes de sua fala em ambientes políticos, impedimento para usar a palavra e realizar evidente sinalização de descrédito;
- Desqualificação, ou seja, indução à crença de que a mulher não possui competência para a função a que ela está se candidatando ou para ocupar o espaço público onde se apresenta;
- Violação da sua intimidade, por meio de divulgação de fotos íntimas, dados pessoais ou e-mails, inclusive montagens;
- Difamação da candidata, atribuir fato ofensivo à sua reputação e a sua honra;
- Desvio de recursos de campanhas das candidaturas femininas para as masculinas.
- Em reuniões, são “automaticamente” tidas como responsáveis pelas tarefas de relatoria, anotações e secretariado

Já eleitas, as mulheres são vítimas de violência, quando:

- não são indicadas como titulares em comissões, nem líderes dos seus partidos ou reladoras de projetos importantes;
- são constantemente interrompidas em seus lugares de fala;
- são excluídas de debates;
- são questionadas sobre sua aparência física e forma de vestir;
- são questionadas sobre suas vidas privadas (relacionamentos, sexualidade, maternidade).

Práticas invisíveis

- Violência emocional por meio de manipulação psicológica, que leva a mulher e todos ao redor a acharem que ela enlouqueceu;
- Quando o homem explica à mulher coisas simples, como se ela não fosse capaz de compreender;
- A constante interrupção, impedindo a mulher de concluir pensamentos ou frases;
- Quando um homem se apropria da ideia de uma mulher.

DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

Avanços dos governos do PT:

- Compreensão multidimensional da desigualdade. (PEC das Domésticas, PronaTec, Programa de Combate à Violência, Casa da Mulher Brasileira, Disque 180, Bolsa-Família que prioriza as mulheres, dentre outros)
- Papel do Estado para construção da igualdade > criação de estruturas com recursos humanos e financeiros. >> Secretarias de Políticas para as Mulheres (SPM), a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Secretaria de Direitos Humanos (SDH), com status de ministérios.
- Participação social como método de governo > conferências, fortalecimento do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres, construção dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), criação dos Mecanismos de Gênero em órgãos governamentais, Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM.
- Fortalecimento da estratégia da transversalidade
- Parcerias com estados e municípios e com os movimentos sociais.

Governo Temer:

A PEC 95, conhecida

“Emenda do Teto dos Gastos”, congelou por 20 anos todas as despesas correntes do governo federal. Retirou o povo do orçamento e retirou a cidadania das decisões sobre a destinação do dinheiro público.

Iniciou o desmonte e o descontinuação das políticas que se deram no governo seguinte

Ataques do governo Bolsonaro:

Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, juntamente com a transformação da SEPPIR e da SDH. > Mudança da linguagem que passa da promoção de direitos, do enfrentamento de desigualdades para suposta Promoção da Dignidade, com foco na família patriarcal heteronormativa.

Criação do "Departamento da Família" para ser usada como ferramenta para a articulação e promoção de agenda ultraconservadora.

Nos PPA's prevalece além da uma visão da imposição de um tipo de família, a redução do papel das mulheres na família e ao mesmo tempo ignora direitos conquistados.

Retira a violência do documento que planeja a política pública para as mulheres, focando somente na família patriarcal.

Redução drástica nos recursos para política para as mulheres. Em 2019, a execução orçamentária correspondeu a 49 milhões de reais, apenas 36% do total executado no último ano do governo Dilma.

Alguns programas que foram descontinuados:

- II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
- Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça
- Programa Mulher e Ciência
- Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero.
- Pronatec: de qualificação para o trabalho, as mulheres eram responsáveis por 60% das 8 milhões de matrículas do bolsa formação das matrículas deste Programa.
- Programa Gênero e Diversidade na Escola e de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

As Políticas Públicas de combate à violência contra a Mulher foram quase que extintas.

1. Casa da Mulher Brasileira (quase não houve execução orçamentária)
2. Extinção do disque 180
3. Humanização do Atendimento as mulheres vítimas de Violência Sexual
4. Fim das campanhas

Globalmente

O Brasil tem se posicionado consistentemente contrário aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres em conferências internacionais das Nações Unidas, e votou contra uma declaração apoiada por 60 países para ações de saúde da mulher que incluíam a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos em março de 2021.

Apontamentos para debate:

- A fome e a miséria retornaram para as famílias e atingem sobretudo as mulheres.
- Diálogo entre os avanços das políticas para as mulheres e o conservadorismo moral e religioso difundido nas comunidades
- A pandemia afetou, sobretudo, a saúde mental das mulheres e crianças. Quais possíveis adaptações, inclusões e elaborações podem ser feitas no Plano Nacional de Saúde Mental?
- A destinação de recursos para o combate à violência é suficiente para suprir a demanda? Que medidas inovadoras, a partir do contexto (pós) pandêmico, podem ser tomadas?
- Quase dois anos sem aulas, mudança de paradigma digital, quais possíveis adaptações/elaborações precisariam ser feitas para garantir o direito à Educação Sexual e questão de gênero nas escolas?

BIBLIOGRAFIA

BRAGA, Gleidy. O PED e os desafios da paridade. Fundação Perseu Abramo. 23 de ago 2013. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2013/08/23/ped-e-os-desafios-da-paridade/>>, acesso em 27 de set 2021.

MORIERE, Laisy. Paridade: uma história política partidária. Partido dos Trabalhadores. 02 set 2021. Disponível em <<https://pt.org.br/layse-moriere-paridade-uma-historia-politica-partidaria/>>, acesso em 17 set 2021.

ONU MUJERES, Organización de las Naciones Unidas Mujeres. Que es democracia paritaria. 28 jul 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ra53nscrviBI>>, acesso em 17 set 2021.

ONU MUJERES, Organización de las Naciones Unidas Mujeres, OEA, Comisión Interamericana de Mujeres de la OEA (CIM/OEA). Estándares De Protección De Derechos Humanos De Las Mujeres: Herramientas Necesarias Para La Defensa De Su Participación Política.

https://www.unwomen.org/es/what-we-do/leadership-and-political-participation/facts-and-figures#_edn10